

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE MEDICINA  
CURSO DE NUTRIÇÃO

DANIELA CARDOSO DE JESUS

**ESTUDANTES NEGROS SÃO MAIS AFETADOS PELA INSEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO QUE ESTUDANTES BRANCOS**

UBERLÂNDIA/MG

2023

DANIELA CARDOSO DE JESUS

**ESTUDANTES NEGROS SÃO MAIS AFETADOS PELA INSEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO QUE ESTUDANTES BRANCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Uberlândia como parte dos requisitos  
para conclusão do curso de graduação  
em Nutrição.

Orientadora: Profa. Luana Padua Soares

UBERLÂNDIA/MG

2023

**ESTUDANTES NEGROS SÃO MAIS AFETADOS PELA INSEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO QUE ESTUDANTES BRANCOS**

Daniela Cardoso de Jesus <sup>a</sup>, Luana Padua Soares <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Graduanda, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

<sup>b</sup> Docente, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

## RESUMO

A insegurança alimentar cresceu bastante nos últimos anos, em decorrência da negligência de políticas públicas no Brasil, atingindo assim vários grupos de risco, como por exemplo, a população negra. Esse trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre raça/cor e insegurança alimentar e nutricional entre universitários. Para realização desse trabalho foram utilizados os dados coletados através de um questionário virtual entre novembro e dezembro de 2020. Foram consideradas as variáveis gênero, idade, cor/raça, situação de renda, estado nutricional (considerando IMC - índice de massa corporal) e (in)segurança alimentar e nutricional, avaliada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Foram realizadas análises descritivas e utilizou-se o teste Qui-quadrado para avaliar associação entre variáveis. Observou-se associação entre o estado nutricional e raça/cor, sendo que os estudantes brancos têm maior percentual de peso adequado (57,8%) e os estudantes pretos maior percentual de excesso de peso (41,3%) e baixo peso (13,3%). Em relação à segurança alimentar, verificou-se que os estudantes brancos apresentam maior percentual de segurança alimentar (62,1%) e os pardos (54,1%) e pretos (37,1%) apresentam os menores percentuais. Observou-se ainda relação significativa entre níveis de insegurança alimentar e raça/cor, sendo que os estudantes pretos apresentam maior percentual de insegurança alimentar grave (11,9%). Os resultados indicam que existe relação entre insegurança alimentar e nutricional e raça/cor entre os universitários. Ressalta-se a importância de políticas públicas antirracistas eficazes nas instituições de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** raça, negros, insegurança alimentar, estado nutricional

## INTRODUÇÃO

O cenário econômico brasileiro, a crise sanitária agravada pela pandemia do COVID 19, o alto índice de desemprego e os custos elevados da cesta básica levaram o Brasil de volta a um passado não muito distante, ou seja, ao país da fome. Além disso, mudanças alimentares culturais construídas historicamente evidenciam transformações no modo de vida da população e favorecem um agravamento na qualidade alimentar. (Souza et al., 2023).

De acordo com Lúcia e Stefanini (2004), garantir o direito à alimentação saudável a todos os cidadãos, ou seja, alcançar a segurança alimentar e nutricional significa transitar em um campo semântico polissêmico, indissociável do alcance da qualidade de vida. A segurança alimentar e nutricional (SAN) é definida como:

[...] A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN)

Assim, a definição da Política de SAN deve ser pautada na promoção dos princípios da intersetorialidade — que requer o envolvimento do governo e da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores (saúde, educação, agricultura, trabalho, desenvolvimento social, etc) e em diferentes esferas (produção, comercialização, acesso e consumo) — e da equidade, para superar as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas (LÚCIA; STEFANINI, 2004).

Segundo os dados do II VIGISAN, do ano de 2022, o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). São 14 milhões de novos brasileiros (as) em situação de fome em pouco mais de um ano. Nos lares cujas pessoas de referências se autodeclararam brancas, a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios, enquanto em lares comandados por pessoas pretas e pardas 65% convivem com restrição de alimentos.

Esse é um número bem preocupante para um país que se diz livre do racismo e democrático. Embora a insegurança alimentar tenha aumentado como consequência da pandemia do COVID-19, ela foi apenas uma potencializadora de uma situação que já ocorria, pois o Brasil já se encontrava em desmontes de políticas públicas desde 2016, o que acabou levando para uma crise sanitária, política, econômica e social. Para Cohon (2020),

a pobreza e a fome são aspectos estruturais de uma sociedade profundamente desigual, cujas dimensões foram particularmente ampliadas quando uma agenda neoliberal de desmonte de políticas de proteção social passou a ser executada. (COHON, 2020, p.129 e 160).

Na revisão feita pelo Osório (2021), ele nos trouxe como está à desigualdade da população nas últimas três décadas e um dos parâmetros para medir essa desigualdade foi à questão da cor/etnia. Ele indaga que:

No Brasil, as estatísticas socioeconômicas invariavelmente têm indicado que a situação das pessoas brancas é melhor que a das pretas e pardas. Friamente, mostram que pessoas brancas têm mais renda, mais escolaridade, moradias mais salubres e seguras, têm mais de tudo que é bom, e menos de tudo que é ruim. A frieza, contudo, não advém dos números, mas da realidade que retratam, na qual a desigualdade racial é constatável a olho nu. (OSÓRIO, 2021, p.7).

Outro estudo realizado no Canadá buscou analisar a disparidade racial e a insegurança alimentar entre os anos de 2005 a 2014. O estudo revelou uma prevalência ponderada de insegurança alimentar domiciliar na amostra total, sendo respectivamente: 10,6% para raça não declarada; 10,0% para os entrevistados brancos; e 28,4% para os entrevistados negros (DHUNNA;TARASUK, 2021).

Essa insegurança alimentar presente em grande parte da população negra está inteiramente ligada à iniquidade social. Segundo PANIGASSI et al., (2008) a iniquidade na segurança alimentar é caracterizada pelas diferentes formas de acesso aos alimentos e alimentação saudável, condições essas socialmente produzidas e que impactam negativamente no bem estar e qualidade de vida.

A partir dessa reflexão, este trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre raça/cor e insegurança alimentar e nutricional entre universitários.

## METODOLOGIA

Tratou-se de estudo epidemiológico do tipo transversal realizado com estudantes de uma universidade pública.

Os dados utilizados foram coletados entre os meses de novembro e dezembro de 2020, por meio de um questionário virtual que foi respondido pelos alunos.

Foi considerada uma população de estudo de 25.738 estudantes matriculados em cursos de graduação. Foram obtidas 1.338 respostas, sendo uma excluída em função de erro na idade, totalizando 1.337. Para as análises de raça/cor e (in)segurança alimentar e nutricional foram consideradas 1.320 respostas, excluindo os que se autodeclararam indígenas e amarelos. E para análise de raça/cor e estado nutricional, consideramos uma amostra de 1.310 respostas, excluindo os indígenas e amarelos e pessoas sem dados de estado nutricional.

As variáveis consideradas foram gênero, idade, cor/raça e situação de renda. O estado nutricional foi avaliado pelo cálculo do IMC (índice de massa corporal), obtido pela divisão do peso (kg) pela altura ao quadrado ( $m^2$ ). Quanto à classificação do estado nutricional, foram consideradas pessoas com baixo peso as que estavam com  $IMC < 18,5 \text{ Kg}/m^2$ , eutróficas as que estavam com IMC entre 18,5 e  $24,9 \text{ Kg}/m^2$  e com excesso de peso as que apresentavam  $IMC \geq 25,0$ .

A análise da (in)segurança alimentar e nutricional foi realizada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) proposta por Santos e colaboradores (2014).

Em relação à análise estatística, os dados foram organizados e analisados utilizando o software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 22. A análise descritiva foi realizada por meio de tabelas de frequências absolutas e relativas. Já a análise inferencial, para associar a variável explicativa de raça/cor com as variáveis respostas segurança alimentar e estado nutricional, foi realizada por meio do teste Qui-quadrado. Adotou-se a significância 5% como nível de significância estatística.

## RESULTADOS

Os estudantes apresentaram idades entre 17 e 69 anos ( $23 \pm 6,86$ ). A maioria era do sexo feminino (62,2%), branco (58,6%) eram brancos, eutróficos (55,2%) e encontravam-se em segurança alimentar (56,0%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Características dos estudantes de uma universidade pública, 2020.

<b>Variáveis</b>	<b>n (%)</b>	
<b>Idade</b>	Até 19 anos	222 (16,6%)
	Entre 20 e 29 anos	956 (71,5%)
	Entre 30 e 39 anos	104 (7,8%)
	Acima de 40	55 (4,1%)
<b>Sexo</b>	Feminino	832 (62,2%)
	Masculino	505 (37,8%)
<b>Cor</b>	Branco	783 (58,6%)
	Amarelo	14 (1,0%)
	Indígena	3 (0,2%)
	Pardo	394 (29,5%)
	Preto	146 (10,9%)
<b>Estado Nutricional</b>	Baixo peso	128 (9,8%)
	Eutrofia	723 (55,2%)
	Excesso de peso	459 (35,0%)
<b>Segurança alimentar?</b>	Sim	753 (56,5%)
	Não	581 (43,5%)
<b>Nível de insegurança alimentar</b>	Leve	386 (28,9%)
	Moderada	112 (8,4%)
	Grave	83 (6,2%)
<b>Renda</b>	Suficiente	752 (56,2%)
	Insuficiente	585 (43,7%)

Observou-se associação entre o estado nutricional e raça/cor, sendo que os estudantes brancos apresentaram maior percentual de peso adequado (57,8%) e os estudantes pretos maior percentual de excesso de peso (41,3%) e baixo peso (13,3%) (Tabela 2).



Em relação à segurança alimentar, verificou-se que os estudantes brancos apresentam maior percentual de segurança alimentar (62,1%) quando comparados aos estudantes pardos (54,1%) e pretos (37,1%) (Tabela 2).

Observou-se ainda relação significativa entre níveis de insegurança alimentar e raça/cor, sendo que os estudantes pretos apresentam maior percentual de insegurança alimentar grave (11,9%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Estado nutricional e (in)segurança alimentar de acordo com raça/cor, entre os estudantes de uma universidade pública, 2020.

<b>Variáveis</b>	<b>Branco(a)</b> %	<b>Pardo (a)</b> %	<b>Preto(a)</b> %	<b>p-valor</b>
<b>Estado nutricional</b>				
Adequado	57,8%	53,7%	45,5%	
Baixo Peso	9,9%	8,1%	13,3%	0,029*
Excesso de Peso	32,3%	38,2%	41,3%	
<b>Segurança Alimentar</b>				
Sim	62,1%	54,1%	37,1%	<0,001*
Não	37,9%	45,9%	62,9%	
<b>Níveis de insegurança alimentar</b>				
Leve	25,9%	29,9%	37,8%	
Moderada	6,6%	10,4%	13,3%	<0,001*
Grave	5,4%	5,6%	11,9%	

\*Significativo ao nível de 5%

## DISCUSSÃO

No presente estudo, foi possível observar maior prevalência de insegurança alimentar entre universitários pretos e pardos quando comparados aos universitários brancos.

Em 13 de maio de 1888, tivemos a abolição da escravidão no Brasil, um período que durou 388 anos (1500-1888) e no qual povos pretos eram objetificados e marginalizados com uso de violência física para manutenção de ordem econômica e social (FERNANDES, 1989).

Hoje, mesmo após 135 anos do fim da escravidão, é possível identificar os resquícios desse período para a população preta. Isso ocorre, pois, apesar da liberdade concedida, a população negra continuava marginalizada e inferiorizada, uma vez que se criou um manto legal, em que a lei proporcionava suposta liberdade aos negros, que, na verdade, permaneciam escravos do sistema opressor, de modo a não serem integrados à sociedade (FERNANDES, 2008).

Com a estruturação de uma sociedade excludente, declarou-se universalmente, em 1948, a igualdade formal entre todos os seres humanos. O Brasil estava construindo uma nova estrutura social, mas toda a cultura racista pela qual se justifica a inferiorização dos negros se mantinha, um exemplo disso é a dificuldade que os negros tiveram para encontrar empregos, no período pós-escravidão. Naquela época, quando o trabalho passou a ser remunerado, os empresários ainda estavam imbuídos pela cultura racista e as chances de contratação de uma pessoa negra eram zero, quase nulas (BATISTA, 2018).

Na educação também não foi diferente, a manutenção da desigualdade nessa área é um dos fatores que mais determina a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza (CAMPELLO, 2018). Os negros escravizados só tiveram seus direitos de educação garantidos pela lei em 1879.

Sem trabalho, sem educação, sem renda para alimentar, e excluídos da sociedade em consequência do preconceito racial, a luta dos negros contra essa eterna escravidão levou e ainda leva a fundação de inúmeros movimentos de valorização à cultura negra no país (NEVES; SILVA, 2019).

Segundo dados do IBGE, em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo banco mundial a proporção de pessoas pobres e brancas era de 18,6%, enquanto a relação entre os pretos era praticamente o dobro (34,5%) e entre os pardos era 38,8%.

Kepple e Segall-Corrêa (2021) contribuiu para o avanço do debate sobre a segurança alimentar, pois se atentaram a um elemento estruturante da sociedade brasileira, o racismo, que, junto às discriminações de gênero, torna-se determinante às oportunidades sociais e ao acesso a recursos materiais. Também foi o que mostrou o estudo de Silva et al. (2022) ao encontrar que as prevalências de insegurança alimentar foram mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras (insegurança alimentar leve: 25,6% e

insegurança alimentar moderada ou grave: 21,2%). Em contrapartida, a segurança alimentar foi mais prevalente nos domicílios chefiados por homens brancos (74,5%).

Em outro estudo, de Daniels, Morton (2023), é confirmado que “adultos jovens negros tiveram a maior prevalência de insegurança alimentar (17%), quando comparado a jovens adultos brancos (15%)” (DANIELS, 2023, p.4). Ele também concluiu que os jovens adultos negros enfrentam disparidades estruturais multifacetadas que os expõem a um maior risco de insegurança alimentar e que soluções imediatas, como assistência financeira direta, alimentação e habitação, podem ajudar a responder à crise atual e desigual da insegurança alimentar dos jovens adultos, mas ações políticas mais amplas para eliminar as disparidades na habitação, no rendimento, no emprego e nos cuidados de saúde, reforçando assim os determinantes sociais da saúde, são essenciais para prevenir estas desigualdades em primeiro lugar.

Panigassi et al. (2008) também identificou que as famílias com informantes de cor preta ou parda apresentaram prevalências significativamente maiores ( $p < 0,0001$ ) de insegurança alimentar moderada e grave.

Segundo o último inquérito da rede PENSAM em 2021, enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, entre brancos esse aumento foi de 34,6%.

Um artigo publicado pela Friocruz (2022) evidencia como o racismo no Brasil tem distanciado a população negra do acesso à terra e ao alimento de qualidade. Por isso, observamos que essa população segue submetida a violações, entre elas o não direito à alimentação adequada e saudável. Essa imposição é considerada como racismo alimentar, sendo uma das tantas facetas do racismo estrutural que é mantido no país.

Segundo dados da *Food for Justice* (2021), entre novembro e dezembro de 2020, quase 60% (59,4%) dos domicílios brasileiros que foram entrevistados na pesquisa enfrentavam situação de IA das quais 40,8% eram pardos e 10,8% negros. O estudo faz, ainda, um recorte de raça ou cor entre os domicílios com um único responsável e aponta que a SAN é mais frequente entre os que têm por responsável pessoa de raça ou cor branca (51,1%), sendo menor a ocorrência de SAN quando este responsável é de raça ou cor preta (33,2%) e parda (32,2%). Analisando o nível máximo de IA, ou seja, a fome, ela alcançou

os percentuais de 23,4% entre domicílios cujos responsáveis eram pessoas pretas e 18,9% nos domicílios cujos responsáveis eram da raça ou cor parda.

É importante levantar a discussão sobre a temática de insegurança alimentar associada ao nutricídio. Aqui colocamos à tona duas realidades: o racismo estrutural e a pobreza e/ou extrema pobreza, obstáculos que continuam, ano após ano, e são uma grande marca na sociedade brasileira, na qual os mais afetados por este sistema de exclusão são os negros e pardos (SOUZA, 2023).

Na atualidade, a população negra sofre historicamente de males físicos, mentais e espirituais, em decorrência da má alimentação imposta pela colonização europeia e pelo sistema alimentar branco, traduzido por um genocídio alimentar da população negra trabalhadora marginalizada, caracterizado pela IA e pela fome, sem seu grau mais severo, o que podemos chamar de nutricídio (SOUZA, 2023).

Como é possível perceber, por meio dos dados, o racismo está presente em toda estrutura social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de vida e o acesso à alimentação para a população preta e parda ainda sofrem interferência do período escravocrata que o Brasil passou, um reflexo disso são os índices de insegurança alimentar entre pretos/pardos e brancos.

Enfatizamos aqui a urgência de implementação de políticas públicas antirracistas dentro das universidades, medidas que garantam não só a entrada, mas também a permanência dos alunos dentro das instituições de ensino superior. Só assim conseguiremos começar a corrigir os problemas que essa população de risco vem passando e poderemos proporcionar uma esperança de um futuro com menos desigualdade e mais qualidade vida.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Waleska; MASTRODI, Josué. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil On the extraeconomic grounds of racism in Brazil. **Rev. Direito Práx**, v. 9, n. 4, p. 2332–2359, Rio de Janeiro, 2018.

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional [LOSAN]**. Disponível em [www.planalto.gov.br/consea](http://www.planalto.gov.br/consea).

CAMPELLO, T. et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe3, p. 54–66, nov. 2018.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p. 129-160, Abr, 2020

DANIELS, G. E.; MORTON, M. H. COVID-19 Recession: Young Adult Food Insecurity, Racial Disparities, and Correlates. **Journal of Adolescent Health**, nov. 2022.

DHUNNA, S; TARASUK, V. Black-white racial disparities in household food insecurity from 2005 to 2014, Canada. **Can J Public Health**, v.112, n. 5, p. 888-902, Oct. 2021. doi: 10.17269/s41997-021-00539-y. Epub 2021 Jun 15. PMID: 34129216; PMCID: PMC8204605.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 5.ed. São Paulo: Globo. v.1, 2008.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989 (**Coleção Polêmicas do nosso tempo**). v.33. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FIOCRUZ, R. C. E S. **Imposição da fome é racismo alimentar**. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/opiniaio/pos-tudo/imposicao-da-fome-e-racismo-alimentar/>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FIOCRUZ. Vista do Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional | **Cadernos de Saúde Pública**. Disponível em: <<https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/3551/7191>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GALINDO, Eryka; et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, no. 4 (2a ed.). Berlin: **Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy**. 2021.

IBGE. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 | Agência de Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012> acesso em 10 de novembro de 2023.

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc Saúde Colet**, v. 16, p. 187-99, 2021.

LÚCIA, M.; STEFANINI, R. [s.l:s.n.]. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/03/1052396/bis-n32-qualidade-de-vida-25-26.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NEVES, J. P. S.; SILVA, M. A. M. DA S. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 158–166, 28 jul. 2019.

OSORIO, R. G. TD 2657 - A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas. **Texto para Discussão**, p. 1–27, 11 jun. 2021.

PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2376–2384, out. 2008.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN).VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.Rio de Janeiro: **Rede Penssan**, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.

SILVA, S. O. da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 5 ago. 2022.

SOUZA, André Amorim et al. Insegurança Alimentar e Nutricional Agravada pelo Nutricídio no Brasil: Algumas Considerações. **JNT Facit Business and Technology Journal**. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE JULHO. Ed. 43. VOL. 01. Págs. 67-88.